



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0434614/2019

PA COPAM Nº: 00848/2006/003/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: Imerys do Brasil Comercio de Extração de Minérios Ltda.

CNPJ: 61.327.904/0001-10

EMPREENDIMENTO: Imerys do Brasil Comércio de Extração de Minérios Ltda. -
Fazenda Varjão DNPM 831609/1984

CNPJ: 61.327.904/0036-40

MUNICÍPIO: Pains - MG

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO

ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):

CLASSE

**CRITÉRIO
LOCACIONAL**

A-02-07-0

Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais
e de revestimento

3

0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Júlio César Salomé – Engenheiro Metalurgista

REGISTRO:

CREA-MG 112549/D

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Camila Porto Andrade
Analista Ambiental
(Engenheira de Minas)

Prefeitura de
Pains 002434-7

De acordo:

Guilherme Tadeu Figueiredo Santos
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.395.599-2



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0434614/2019

O empreendimento Imerys do Brasil Comercio de Extração de Minérios Ltda., localizado no município de Pains – MG, formalizou em 24/05/2019, na Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco (SUPRAM ASF), o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 00848/2006/003/2019, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Este parecer visa subsidiar a licença de operação do empreendimento, uma vez que a licença prévia e de instalação foi regularizada pelo Certificado LOC Nº 001/2017, válido até 30/05/2023. A atividade objeto deste requerimento é a lavra a céu aberto de calcário, com uma produção bruta de 98.000 t/ano, sendo classificado conforme Deliberação Normativa COPAM Nº 217/2017 pelo seu porte e potencial poluidor, em classe 3. Ressalta-se que a atividade está totalmente inserida em área de alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. No entanto, como o empreendimento já é detentor de licença ambiental emitida anteriormente, conforme já mencionado, os critérios locacionais foram 0 (zero), justificando o procedimento simplificado.

A área do empreendimento pertence à poligonal ANM 831.609/1984 em fase de concessão de lavra, conforme consulta ao site “cadastro mineiro”.

Foram apresentadas as certidões de registro de imóvel das matrículas 4.822 e 5.006, situadas no município de Pains/MG, cuja área da atividade está inserida. Tendo em vista se tratar de matrículas contíguas, foi apresentado um CAR único nº. MG 3146503-E86.A129.C70E.44EB.AB3A.67C6.0E4A.0951, no qual é declarado como Reserva Legal uma área de 5,6095 hectares, não inferior a 20% da área total dos imóveis.

Consta no processo uma declaração da prefeitura de Pains informando que as atividades desenvolvidas pela Imerys, na fazenda Varjão, estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município.

Conforme informado, água utilizada para consumo humano será adquirida em comércio local em galões de 20l, enquanto a água para aspersão das vias será proveniente do sump localizado em área próxima, outorgado pela portaria 00896/2012.

Os principais impactos ambientais informados são a alteração da qualidade das águas, processos erosivos, alteração da qualidade do ar, geração de resíduos sólidos, ruídos e vibrações. Os impactos sobre a fauna foram verificados durante a fase de instalação (PA 00848/2006/001/2013), sendo realizado o resgate e condicionado o monitoramento.

Sobre os efluentes líquidos de natureza sanitária (0,5 m³/dia), a Imerys irá contratar uma empresa terceirizada para fornecer banheiros químicos, sendo esta responsável pela coleta e destinação final. **Ressalta-se que a destinação final dos efluentes deverá seguir as normas aplicáveis, sendo enviados a locais/empreendimentos regularizados.**

Sobre os efluentes oleosos, conforme informado, a área não terá uma oficina mecânica sendo que as manutenções emergenciais de equipamentos serão realizadas na unidade industrial da empresa, que fica próxima e está regularizada através de outro processo.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0434614/2019

As emissões atmosféricas constituem-se de poeira em suspensão pelas atividades de desmonte e tráfego de veículos nas vias de acesso. Tais emissões serão mitigadas com aspersão de água nas vias, **bem como a implantação de uma cortina arbórea.**

Os resíduos sólidos serão dispostos em bombonas identificadas, cujo armazenamento temporário será em baias de acordo com a NBR 1235/1992 e sua destinação também deverá seguir as normas aplicáveis.

Não está sendo licenciada pilha de estéril no âmbito desse processo, visto que todo material estéril gerado será utilizado para recomposição topográfica de cavas exauridas em áreas próximas.

A análise do cumprimento das condicionantes relacionadas no anexo nº 0107636/2019, está descrita na papeleta nº 354/2019.

Deve-se salientar que foi publicado o anexo nº 0107636/2019, referente ao deferimento das alterações das condicionantes da LP + LI 001/2017 relacionadas no adendo ao parecer único nº 0579752/2017. Além da alteração de condicionantes, o documento retifica a Área Diretamente Afetada da atividade, considerando que em 04 de abril de 2018, sob o protocolo R0065253/2018, o empreendimento comunicou a identificação uma cavidade (gruta Cavalinho) na área, antes desconhecida pela empresa. Ressalta-se que à época as atividades foram paralisadas na área de 250 metros no entorno da cavidade. No âmbito do processo de LP+LI foram apresentados estudos que demonstraram que as atividades não causariam impactos negativos sobre a cavidade.

No que se refere à gruta Cavalinho, com base nos novos fatos demonstrados no MEMO Nº47/2019 DREG/SUPRAM CENTRAL/SEMAD/SISEMA, foi solicitado como informação complementar (OF. SUPRAM-ASF – 673/2019) o estudo da área de influência da cavidade conforme termo de referência constante do anexo III da IS 08/2017 (revisão I), bem como a revisão da avaliação dos impactos da atividade sobre a referida cavidade e a área de influência que será proposta.

Como resposta à informação complementar, foi apresentado ofício requerendo que os estudos fossem condicionados, visto a necessidade de proceder investigações sazonais, e informado que as operações do empreendimento ocorreriam respeitando a área de influência inicial (250m) até a conclusão dos estudos.

A definição da área de influência é importante, pois considera-se a possibilidade de comprovação, pelo empreendedor, de que a área de influência real é diferente da área de influência inicial (já intervinda pela atividade), podendo, inclusive, restar demonstrado não haver impactos ambientais na mesma.

Dessa forma, pelo princípio da precaução, não será autorizada no âmbito desse processo de licenciamento quaisquer atividades na gruta Cavalinho ou em sua área de influência inicial (**projeção horizontal da cavidade acrescida de um entorno de 250 m em forma de poligonal convexa**).



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0434614/2019

Sendo assim, não há autorização para a operação de lavra na área de influência inicial da gruta Cavalinho. A figura a seguir demonstra a **área de lavra** autorizada por meio deste parecer.

Ressalta-se que a área definida na figura não corresponde à área apresentada pela empresa, uma vez que essa considerou a gruta Cavalinho como um ponto e não sua projeção horizontal, conforme determina a IS 08/2017.



Figura 1: Área de influência inicial e área autorizada pela lavra.

Caso a empresa pretenda ampliar sua área de lavra, deverá ser apresentada proposta de área de influência real e dado entrada em processo de ampliação, demonstrando que a atividade não causará impactos na cavidade nem em sua área de influência real.

Conforme descrito no parecer nº 0107636/2019, deverá ser realizado o monitoramento sismográfico quantitativo durante os 3 primeiros meses, de forma constante, possibilitando assim, o conhecimento dos resultados de VVP (vibração) e PPA (dBI). Ao final dos três meses de monitoramento elaborar relatório conclusivo a respeito dos monitoramentos sismográficos, espeleológico, contendo todos os dados das detonações e incidência no patrimônio espeleológico.

Monitoramento espeleológico: O plano de monitoramento tem como objetivo assegurar a integridade física e biológica das cavidades no entorno da área de lavra. Devendo ser apresentados:

- Monitoramento sismográfico e integridade física, realizado como descrito;

Handwritten signature and initials



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0434614/2019

- Registro fotográfico de detalhe de todo o espaço interno com as suas formas e feições, incluindo feições de abatimento já existentes, ou novos;
- Mapeamento geoestrutural das cavernas que permitirá registrar, em escala de detalhe, a ocorrência de zonas de fraqueza da rocha, tais como fraturas, juntas e planos de foliação feições, possibilitando um zoneamento das áreas mais susceptíveis a abatimentos na caverna;
- Apresentação do relatório ao final dos três primeiros meses de monitoramento;
- Apresentação de relatórios semestrais, que deverão avaliar as condições de integridade das cavernas e propor novas medidas de controle, caso necessário.

Deverão ser monitoradas as seguintes cavidades:

Tabela 1: cavidades a serem monitoradas

Nome	UTM (X)	UTM (Y)	Distância até o pit	Relevância
Gruta do Cavalinho	416818	7754875	61 m	-
RP_IM_001	416991	7754791	55 m	Média
RP_IM_002	416996	7754807	62 m	Média
RP_IM_003	417007	7754805	69 m	Alta
RP_IM_005	417110	7754783	60 m	Alta
RP_IM_006	417104	7754782	66 m	Média
RP_IM_007	417143	7754745	76 m	Média
RP_IM_008	417155	7754727	84 m	Alta
RP_IM_009	417148	7754675	53 m	Média

Considerando-se o princípio da precaução, serão adotados como referência os limites recomendados para o critério de segurança estrutural de cavernas de máxima relevância presentes no documento “*Sismografia Aplicada à Proteção do Patrimônio Espeleológico: Orientações Básicas à Realização de Estudos Ambientais*”, ICMBIO, junho de 2016. Dessa forma, a empresa deverá adotar um plano de fogo que os limites máximos de vibração por partícula de pico (PPV- Peak Particle Velocity) atenda aos limites recomendados pelo ICMBIO. “*Para atividades emissoras de vibração de caráter intermitente, recomenda-se o nível de vibração (PPV) igual a 5,0 (cinco) mm/s como critério de segurança preliminar;*”

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Imerys do Brasil Comercio de Extração de Minérios Ltda. para a atividade de “Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento.”, no município de Pains – MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

[Assinatura]



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Imerys do Brasil Comércio de Extração de Minérios Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Implantar marcos físicos nas bordas da área de lavra delimitando a área autorizada para a atividade. Apresentar relatório fotográfico comprovando.	30 dias
03	Realizar o monitoramento sismográfico e espeleológico nas cavidades descritas, conforme solicitado no parecer. Apresentar o primeiro relatório ao final dos três primeiros meses de monitoramento. Todos os relatórios descritivos devem estar com a ART do responsável.	Semestral

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Imerys do Brasil Comércio de Extração de Minérios Ltda.

1. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram ASF, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I - perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



2. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em 4 pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram-ASF os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.